

EJA (ENTRE-OS-RIOS) A Civitas e a Igreja de S. Miguel

*Carlos Alberto Ferreira de Almeida
Francisco Gaspar Almeida Lopes f (*)*

A freguesia de Santa Maria da Eja situa-se no concelho de Penafiel, distrito do Porto, a cerca de 46 km a leste desta última cidade. Ocupando a parte ocidental da confluência do Tâmega com o Douro, estende-se pela encosta até uma cota de 211 m de altitude.

A hodierna paróquia é fruto da fusão de duas freguesias, bem documentadas ao longo da Idade Média, a de S. Miguel de Entre-os-Rios, mais pequena, ocupando a zona ribeirinha, e a de Santa Maria da Eja, maior e localizada sobre a encosta. Esta fusão deu-se a seguir à época do Liberalismo, sendo a freguesia de S. Miguel de Entre-os-Rios incorporada na de Santa Maria da Eja (Est. I, 1).

No perímetro da actual freguesia há duas coisas relevantes com interesse para o conhecimento da Idade Média: a Igreja de S. Miguel, cuja arquitectura arcaizante é já da época gótica, e, num monte próximo, o local onde se situou a cabeça do território de Anégia.

I. A CIVITAS DE ANÉGIA

Anégia, a *civitas*, o território e os seus problemas tem merecido a atenção e muitas referências de historiadores, desde Pedro de Azevedo e Mário Fiúza, que lhe dedicam dois bons estudos, a Leite Vasconcelos, Paulo Merea, José Mattoso, etc. O (Est. I, 2).

Parece indiscutível que a *civitas* de Anégia se localizava na freguesia de Santa Maria da Eja, no sítio onde actualmente se instala a capela de Nossa Senhora da Cividade, como Pedro de Azevedo, Monteiro de Aguiar e outros já escreveram.

A Cividade é, ainda hoje, um micro-lugar, situado numa espécie de pequeno esporão, no lado sudeste, de um pequeno monte popularmente chamado Coto, onde existem ruínas de um antigo castro. Como a planta

(*) Um acidente brutal ceifou a vida deste jovem investigador de quem muito tínhamos a esperar.

O) Mário Fiúza, *Elucidário de Viterbo*, Porto, 1962, s. v. *Anégia*; José Mattoso *Le Monachisme Ibérique et Cluny*, Lovaina, 1968; Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel, Penafiel, 1943*; Pedro de Azevedo, *O Território de Anégia*, in «O Archeologo Português», Vol. IV, J898; José de Pinho, *A Cividade de Eja*, in «Penha-Fidelis» n.º 10, Penafiel, 1929; Vieira de Andrade, *O Castro de Entre-os-Rios*, in «O Archeologo Português», Vol. XXXIII; 1918.

mostra são perfeitamente visíveis, em redor do monte, duas ordens de muralhas, para além de um largo fosso, no lado ocidental, e ainda vestígios de algumas casas redondas (Est. II, 1).

Dentre o espólio, que por aí se terá recolhido, Monteiro de Aguiar e Vieira de Andrade referem machados de bronze, machados de pedra polida, uma peça de ouro, uma pedra com a inscrição *Camali*, pontas de seta, assim como outros materiais que lhe afiançariam uma origem antiga. Contudo os fragmentos cerâmicos que nós próprios por aí encontramos, todos de cor bege ou avermelhada e alguns com engobe ocre, bem como a abundância de tegulas, parecem apontar para uma época já avançada da romanização. Para eles encontramos paralelos na cerâmica tardia do Mozinho e de Fiães (Est. II 2 e 3). Entre eles salientemos um fragmento sigilata clara C, forma 31 de Hayes (²), datável da primeira metade do século terceiro (Est. II, 4). Recolhemos também, junto do montículo da Cividade, alguns fragmentos que, pela pasta, cor escura, grau de cozedura e técnica de torneamento, consideramos medievais. Um deles apresenta vidrado amarelado, internamente, mas cuja cronologia não ousamos sugerir.

A população local aparta, perfeitamente, como dois micro-lugares, distintos, o cimo do monte do castro, a que chama Coto, e o pequeno esporão, situado na sua antiga entrada, a que chama Cividade. A análise topográfica indica-nos que neste último local houve arranjos defensivos e devemos aceitar que seria neste esporão que esteve a cabeça da *dvitas*, do vasto território de Anégia. Só futuras escavações arqueológicas nos poderão dar certezas definitivas, mas não faltam exemplos no Entre-Douro-e-Minho de castelos medievais com soluções aparentadas.

O local da *dvitas* tem uma área muito reduzida, variando o seu diâmetro entre 20 e 15 metros, com declives assentuados para todos os lados, excepto para oeste. Não encontramos aí vestígios de muralhas nem de qualquer torre, mas também não admira dado que o local deve ter sido arranjado para aí se instalar a capela da Senhora da Cividade, que parece de grande antiguidade, embora o actual edifício seja recente. Deste local, estrategicamente colocado, observa-se perfeitamente a foz do Tâmega e uma parte do percurso do Douro.

As primeiras referências à *dvitas* de Anégia são da época da Reconquista. Este topónimo não aparece na lista das paróquias do «Parochiale» suévico do bispado do Porto e não pode ser confundido, como Monteiro de Aguiar e Mário Fiúza fizeram, com a localidade Arégia ou *Montes Arengensis* referidos por João Bíclara e Santo Isidoro nas campanhas de Leovigildo de 575. Na verdade essas incursões são contra a Cantábria e a localidade de Arégia, referida, situa-se a leste da região de Orense (³).

Objectivamente a primeira referência que temos respeitante a Anégia, se o documento não está interpolado, é de 875 (D. C, n.º 8) O diploma refere-se a uma doação à igreja de Soalhães (Marco) que se diz situada no território de Anégia.

A referência à *dvitas* de Anégia na Crónica de Afonso III (*Ad Sebast.*) — segundo a qual Afonso I, por meados do séc. VIII, «*multas dvitates bellando cepit. Id est Lucum, Tudem, Portugalem, Anegtam... seu castris cum villis et vilicus suis...*» e o qual, matando os mouros, levou os cristãos para o Norte — é objectivamente redatada à volta de 880. Segundo

(²) J. W. Hayes, *Late Roman Pottery*, London, 1972, p. 54.

(³) *Historia de Espana*, tomo III, *Espana Visigoda*, Madrid, 1963, pág. 101; Thompson, *Los Godos en Espana*, Madrid, 1971, pág. 78.

Menendez-Pidal e Sanchez-Albornoz ⁽⁴⁾ esta crónica está imbuída dum neovisigotismo próprio duma fase já avançada do reinado de Afonso III, embora possa ter aproveitado materiais anteriores. Anotemos que a Crónica Albeldense, redigida também no reinado de Afonso III, mas anterior àquela, ao referir-se às mesmas campanhas de Afonso I, não cita a *civitas Anégia*, o que pode ser um indício deste nome ter sido, acrescido, reflectindo a organização político-social dessa época «neogoda».

Porque os vestígios arqueológicos não parecem garantir grande importância a Anégia, tanto na época romana como na época visigótica, e porque há uma certa possibilidade da referência na *Cróniôa Ad Sebast* se reportar ao estado da questão no tempo de Afonso III, é defensável que o relevo de Anégia, como cabeça de um território, se deva exclusivamente à política de Afonso III para a segurança e o repovoamento do Vale do Douro, de que há muitos outros testemunhos.

É sabido que este monarca* após 868, logo no começo do seu reinado, reorganiza toda esta região, dividindo-a em circunscrições de tradição romano-gótica chamadas *civitates* ou *territoria*, entre as quais se inclui Anégia.

A escolha deste local para a cabeça de um desses territórios deve-se à sua situação estratégica. O local domina uma área de muita passagem; é o rio Douro e a foz do Tâmega e aí passava uma via romana que a documentação medieval cita, a qual vindo do sul, por Arouca, ia entroncar na importante via Marco-Guimarães-Braga. Um pouco mais no interior que Portucale, mas ocupando um espaço por onde, segundo os geógrafos árabes, «se fazia habitualmente o acesso em direcção ao Norte, Anégia era um posto avançado na mesma linha de defesa e de ocupação.

O espaço deste território, que não podemos delimitar perfeitamente porque a documentação que temos não nos dá uma cobertura de toda a região, estendia-se a norte do Douro por quase todo o concelho de Baião, por todo o concelho do Marco e grande parte dos concelhos de Penafiel, Paredes e Gondomar. A sul do Douro ocupava a área do concelho de Castelo de Paiva e ainda uma grande parte, lado norte, do concelho de Arouca. Nos trabalhos de Pedro de Azevedo e de Mário Fiúza poderemos encontrar as referências documentais que nos dão estes limites.

No espaço deste território há diversos castelos de importância diversa, entre os quais assinalamos os de Aradrus (Benviver) Penafiel de Canas, Vandoma, Ordins., Aguiar de Sousa, Castelo de Paiva. Alguns deles serão cabeças de *Terras*, já na segunda metade de séc. XI.

Devido a disputas e a resistências nos começos do reinado de Fernando Magno, porque este rei governa em tempos em que há na sociedade uma maior partilha do poder e uma organização mais feudalizante, porque a conquista de Coimbra retirara a estes territórios nortenhos uma parte do seu valor estratégico, porque então se desenvolviam na parte oriental da Península cristã as castelánias, o rei reformula a organização administrativa de todo o ocidente peninsular, dividindo-o em *terras*, ligadas às tenências de certos castelos, cujos limites são bastante mais pequenos que os dos *territoria* das *civitates* anteriores.

Devido a esta política, de que temos muitos testemunhos ⁽⁵⁾ o território de Anégia é dividido pelas terras-tenências de Benviver, Penafiel de Canas, Aguiar de Sousa, Castelo de Paiva e algumas das suas parcelas serão incorporadas pelas terras de Arouca e Baião.

⁽⁴⁾ R. Menendez-Pidal, *La historiografía medieval sobre Afonso II*, in «Estúdios sobre Ia Monarquia Asturiana», Oviedo 1971, pág. 13; Sanchez-Albornoz, *Investigations sobre Historiografía Hispana Medieval*, Buenos Aires, 1967.

⁽⁵⁾ Sanchez-Albornoz, *Investigaciones y Documentos sobre las Instituciones Hispanas*, Santiago de Chile, 1970, pág. 305.

II. A IGREJA DE S. MIGUEL.

A igreja românico-gótica de S. Miguel de Entre-os-Rios é um curio-síssimo testemunho de arquitectura medieval, pela época e zona a que pertence.

Assinalemos que Entre-os-Rios se integra numa mancha em franco desenvolvimento nos meados do séc. XIII, devido sobretudo ao comércio, fluvial e terrestre, que por aí passava. As inquirições de 1258 ⁽⁶⁾ referindo-se a S. Salvador de Entre-os-Rios (hoje Torrão) testemunham este franco desenvolvimento chamando à povoação «burgo», o que é um dos raros exemplos de povoação rural aglomerada, no Entre-Douro-e-Minho, durante a Idade Média: *et in burgo de inter ambos Rivulos erunt duo casalia de veteri et modo momntur ibi xxxiiij homines*. A importância económica desta região, com as suas portagens, está bem patente nas anotações históricas que lhe dedicou Assunção Meireles O-

Aproveitando uma tradição monasterial anterior ⁽⁷⁾, não admira que por 1264 se tenha construído aí um convento dedicado a Santa Clara, da Ordem de S. Francisco, para clarissas ⁽⁸⁾.

A primeira referência documental à igreja de S. Miguel de Entre-os-Rios, que conhecemos, vem no *Livro dos Testamentos* de Paço de Sousa ⁽⁹⁾ e poderá ser anterior a 1095; o documento refere-se à doação da parte da Igreja ao mosteiro de Paço de Sousa. Uma outra parcela dos direitos na igreja é doada* ao mesmo mosteiro, em 1120 ⁽¹⁰⁾. Segundo as inquirições de 1258 ⁽¹²⁾ havia na paróquia nove casais, seis dos quais eram pertença da igreja, cinco por testamento e um por compra, o que parece indício de uma certa capacidade económica, indicando um crescente desenvolvimento para esta zona.

A igreja desta comunidade é uma construção medieval com muitos aspectos arcaizantes e de planta muito simples (Est. III, 1). Como a gravura mostra, consta de uma capela-mor rectangular abrindo para um corpo também rectangular de uma só nave. O edifício, como quase todos os espaços destinados a uma comunidade viva, teve arranjos ao longo dos tempos, os quais foram sobretudo grandes na capela-mor. Esta foi estendida para receber um profundo e belo retábulo de talha de estilo português, abrindo-se então as necessárias grandes janelas de iluminação, além de duas portas laterais. Mas a sua planta original é ainda hoje perfeitamente visível nos seus alicerces, pelo que se pode reconstituir perfeitamente, como se assinala na planta. Pertencem ainda à época moderna o seu campanário lateral, na banda norte, bem como os pináculos da igreja (Est. IV, 1).

O edifício é feito em granito porfiróide, local, em fiadas pseudo-isódomas, cufa altura varia entre 30 a 44 centímetros e o comprimento entre 51 e 120. As aduelas dois arcos e as pedras com labores» decorativos são de um granito mais claro e de grão muito mais fino. Curiosamente, embora a igreja seja de uma época em que as siglas costumam ser muito

⁽⁶⁾ *Inquisitiones*, pág. 586.

⁽⁷⁾ Assunção Meireles, *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa*, Lisboa, 1942, pp. 82, 222 e 343.

⁽⁸⁾ Há aqui um mosteiro, por 1220, citado no *Consual*, pág. 4.

⁽⁹⁾ *Censual*, pág. 354.

⁽¹⁰⁾ Maria Teresa Monteiro e J. Rigaud de Sousa, *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, in «Bracara Augusta», Vol. XXIV, Braga, 1970, pág. 149.

⁽¹¹⁾ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares*, Vol. IV, tomo I, Lisboa, 1980, n.º 132.

⁽¹²⁾ *Inquisitiones*, pág. 586.

frequentes, nela só vimos uma marca de canteiro, de tipo s anguloso, numa pedra da fachada.

Quanto aos elementos construtivos assinalemos que a igreja utiliza arcos já bastante quebrados, tanto no arco-cruzeiro como nos seus portais, norte e ocidental. Não usa colunas nem capiteis desenvolvendo por isso as impostas, o que é um evidente indicativo da época gótica. O lacrimal anguloso, sem qualquer decoração e com um ligeiro chanfro apenas na cabeceira, apoia-se em cachorros, de um modo geral lisos e grandes, de forma rectangular, o que lhes indica uma época tardia, embora de recordação românica (Est. III, 2).

Na parede norte da capela-mor existe um arco-sólio do tempo da igreja, destinado a abrigar um túmulo, o qual foi em parte cortado pela implantação de uma porta na época moderna. Ao longo da fachada da igreja,, sobre o seu portal ocidental, são notórios certos desgastes feitos pela corda ou corrente que tocava o sino, sinal de que, primitivamente, no local onde actualmente está a cruz, haveria uma sineira, a qual deve ter sido retirada aquando da construção da actual torre dos sinos.

No aspecto decorativo, ainda que de relativa pobreza, a igreja tem maior interesse. Na entrada ocidental, de uma extrema simplicidade, a arcada apresenta apenas um chanfro «gótico», sem qualquer modenatura, (Est. IV, 2). Na parte superior do arco uma aduela está algo deslocada, sinal da elementar artesanía da sua confecção. Esta extrema pobreza talvez possa indicar uma recessão em que este templo terá sido acabado, já que habitualmente este é o portal mais decorado.

O portal lateral, ainda hoje o de mais serventia, apresenta arcada com uma modenatura gótica (Est. IV, 3) e uma arcada envolvente algo saliente decorada com folhas em ponta de diamante e flores espalmadas de oito pétalas (Est. IV, 3), estas muito vulgares no românico tardio da zona, desde Paço de Sousa a Quires e Roriz, mas; ainda presentes em edifícios góticos, por exemplo de Guimarães. A volumosa imposta em que assenta tem recorte gótico.

O arco-cruzeiro, quebrado, mostra uma solução arquitectónica também «gótica» (Est. III, 4), sem colunas» e com uma grossa imposta de movimentação própria da mesma época. Também a este estilo pertencem os seus elementos decorativos, não só as folhas em ponta de diamante como as originalíssimas e naturalistas folhas de videira que decoram a sua faixa exterior, voltada para a nave (Est. IV, 4).

Na arquitectura medieval da região não nos faltam elementos comparativos, em busca dos quais devemos ir para apreciar o real significado e até a cronologia deste edifício. Uma solução aparentada de arco-cruzeiro, sem colunas, já a temos em Boelhe, igreja românica muito tardia como as suas soluções arquitectónicas indicam, assim como as siglas e os seus capitéis-impostas. A capela-mor da igreja de Cête assim como o seu portal norte, que não podem ter sido feitos muito antes da transição do séc. XIII para o séc. XIV, apresentam elementos decorativos e até soluções arquitectónicas comparáveis às de Eja, se bem que de aspecto e época anteriores. Já a capela funerária, gótica, desta igreja de Cête documenta elementos mais evoluídos que os da Eja.

A vizinha igreja do Escamarão apresenta um goticismo muito mais evidente, mas tem elementos decorativos aparentados aos de Eja, se bem que um pouco mais evoluídos, pelo que será uma igreja posterior. Outro tanto se pode dizer da Igreja Velha de Ermelo (Baião) cujo portal ocidental, sem colunas, tem imposta gótica e folhas em ponta de diamante (¹³).

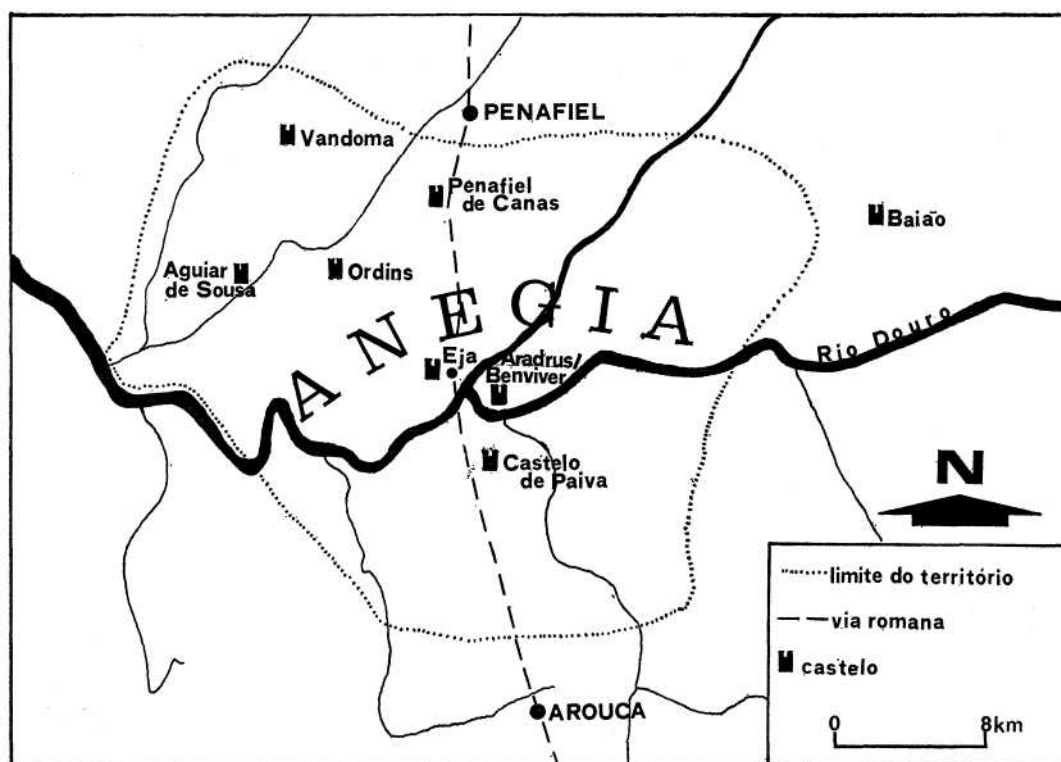
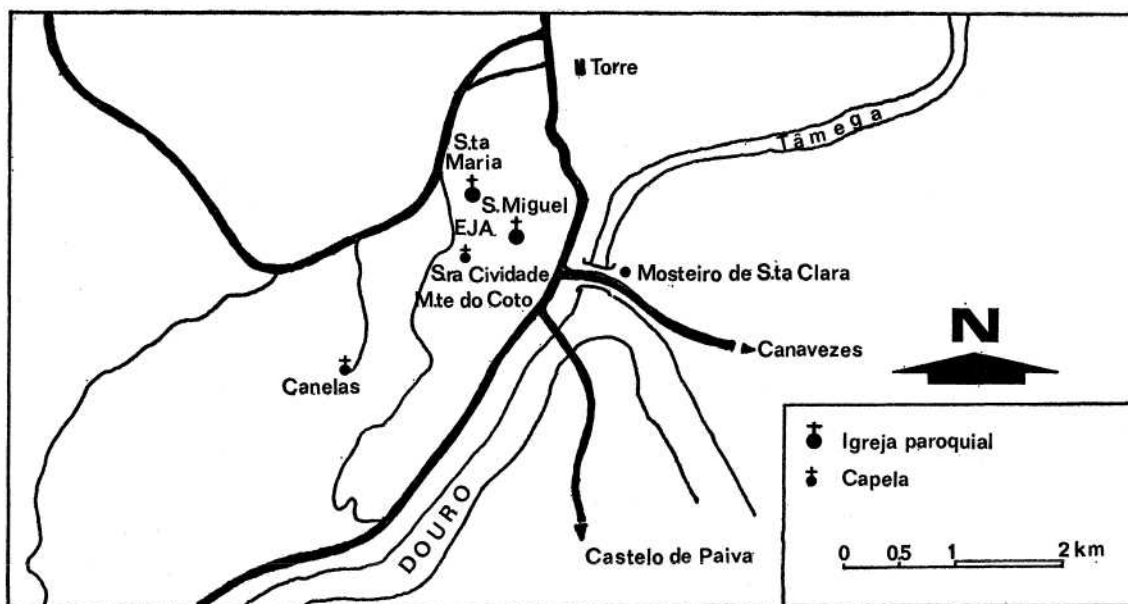
(¹³) Raul Solla Prtta., *A Igreja Vilha de Ermelo (Baião)*, in «Arqueologia», n.º 4, Dez. 1981, pág. 146.

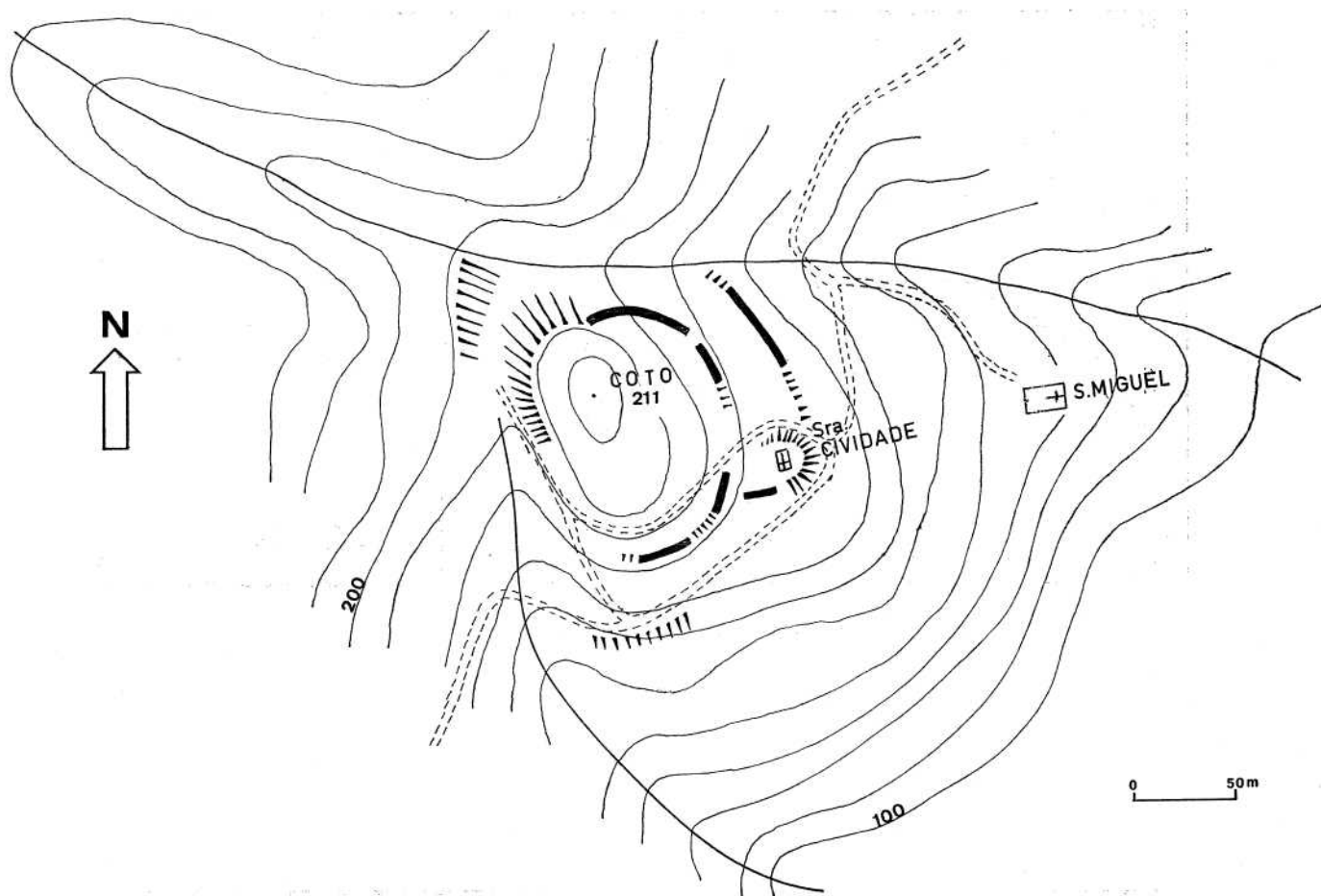
No gótico de Guimarães há também elementos decorativos comparáveis. Certamente que um dos temas ornamentais mais seguros para nos sugerir uma cronologia para este monumento, para além das naturalistas parras de videira, sejam as folhas em ponta de diamante, elemento decorativo que se desenvolve pela Galiza a partir de meados do séc. XIII, como a igreja de Melide atesta, e a sua arquitectura gótica, mendicante, divulga. Elas são já muito frequentes, nesta forma, no séc. XIV.

Por tudo isto, julgamos que a igreja de S. Miguel de Entre-os-Rios terá como cronologia a primeira metade do séc. XIV, sendo até possível que o seu remate mais pobre, como o portal ocidental testemunha, se dê já nos tempos de recessão económica de meados de trezentos (¹⁴).

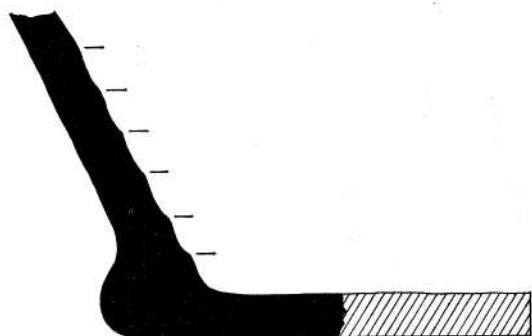
(¹⁴) Esta datação diverge bastante da apresentada por Monteiro de Aguiar, José Barbosa e outros autores, que a colocam no séc. XII; Monteiro de Aguiar, *A Terra de Penafiel*, 1943; José Júlio Barbosa, *Guia de Turismo*, Porto, 1942.

2 — O território de Anegia com os castelos das «terras» e dos mosteiros.

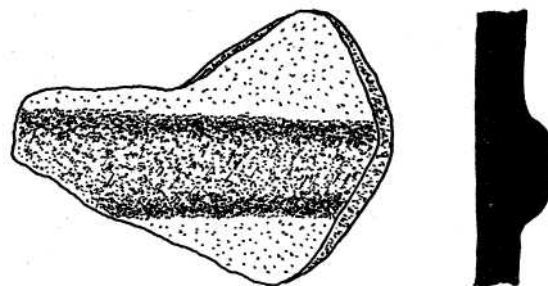




1 — Mapa do monte do Coto e da Cividade de Eja.



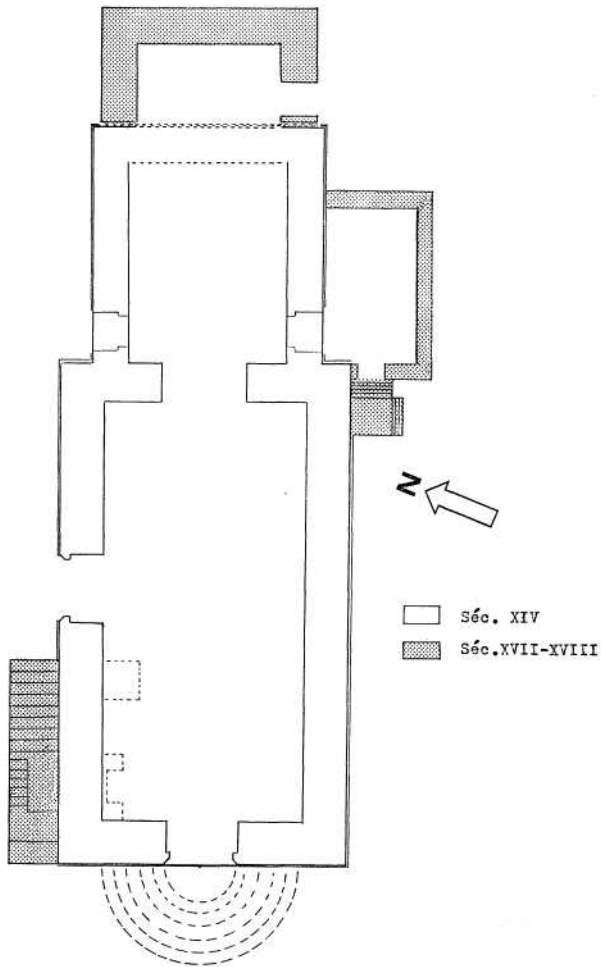
2 — Fundo de cerâmica, comum, de época romana.
Esc. 1/2



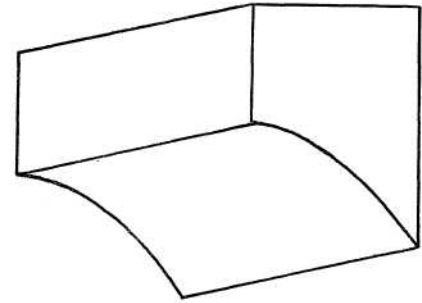
3 — Cerâmica comum tardoromana. Esc. 1/2



4 — Fragmento de sigliata clara C. Esc. 1/1



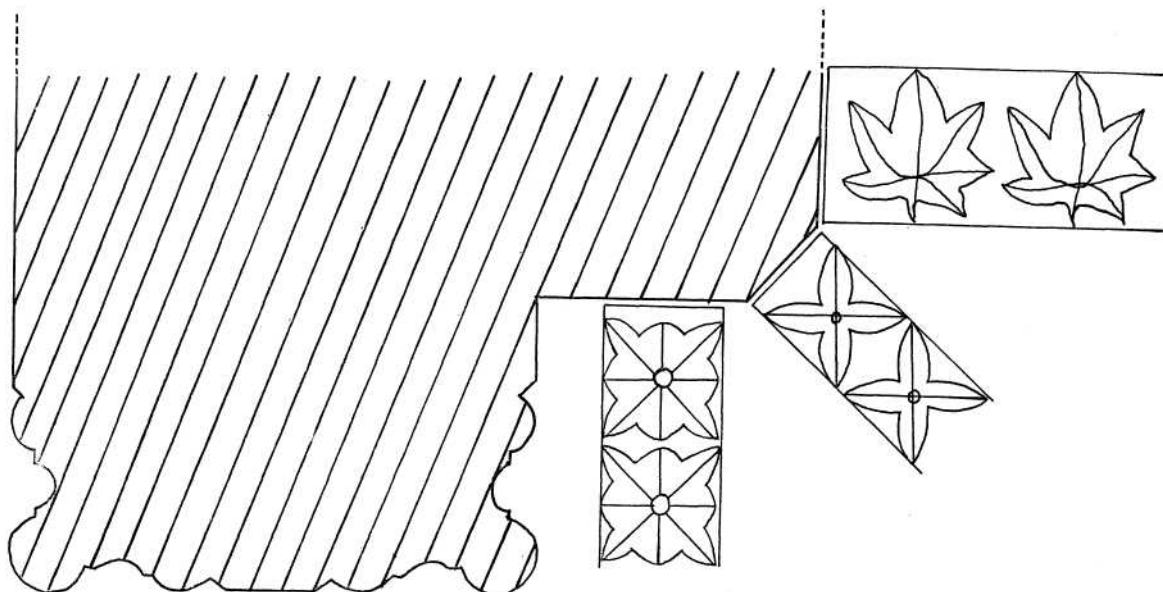
1 — Planta da igreja de S. Miguel de Eja. Esc. 1/200.



2 — Cachorro. Esc. 1/10.



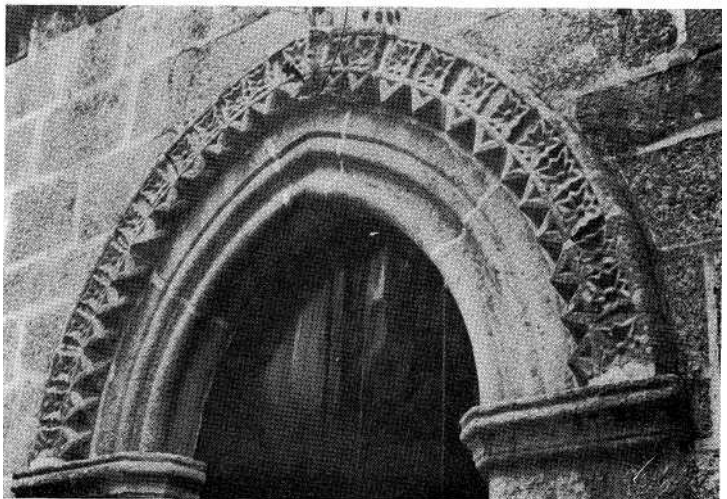
3 — Modenatura da imposta. Esc. 1/10.



4 — Modenatura e ornamentação do arco-cruzeiro. Esc. 1/10.

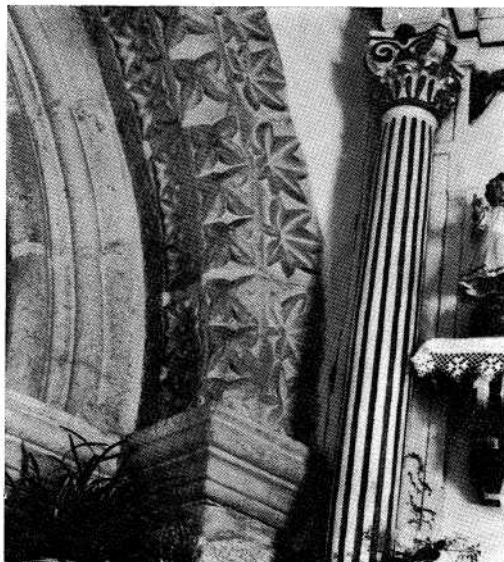


1 — igreja de S. Miguel de Eja.



3 — Aspecto do portal, lateral, norte.

2 — Vista do portal ocidental.



4 — Pormenor da arcada do arco-cruzeiro.